

REVISÕES SOBRE O CONCEITO FRASAL: ALGUMAS BASES SINTÁTICO- SEMÂNTICAS*

REVIEWS ABOUT THE PHRASAL CONCEPT: SOME SYNTACTIC AND SEMANTIC
BASES

Marcos Luiz Cumpri** (UNESP)
Bruna Longo Biasioli*** (UNESP)

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi tentar reunir alguns dos clássicos conceitos acerca dos estudos da frase (tais como, a definição de frase, a tipologia oracional e os casos semânticos) com o intuito de mostrar a relevância da interface entre a sintaxe e semântica para a formação frasal. Tudo isso para defender que a significação linguística depende do significado dos lexemas constituintes da frase e que o significado de alguns lexemas dependerá, por sua vez, da frase em que aparece. Trata-se de uma via de mão dupla, onde, de um lado, temos a estrutura frasal como relevante para a determinação do significado e, de outro, o significado gramatical como componente para o significado da frase; porém, ambos dependentes de fatores contextuais.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe. Semântica. Tipologia Oracional. Casos Semânticos.

ABSTRACT: the aim of this work was try to put together some of the most classic concepts of the issues related to the phrase (such as, the definition of phrase, sentential typology and the semantic cases) with the objective of showing up the relevance of the interface between syntax and semantics in the formation of the phrase. This is to defend linguistic signification depends on the meaning of lexemes that make up the phrase and the meaning of some lexemes will depend on phrase in which it is. It is a two-way road, where there is, on one hand, the phrasal structure as important to the meaning establishment and, on the other hand, the grammatical meaning as part of the meaning of the phrase; however, both depending on contextual factors.

KEYWORDS: Syntax. Semantics. Sentential Typology. Semantic Cases.

* Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq e da Fapesp.

** Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Araraquara). E-mail: marcoscumpri@yahoo.com.br.

*** Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Araraquara). E-mail: brunabiasioli@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa em que visamos rever o conceito de frase a partir de nossas releituras de alguns estudiosos da língua que fazem considerações que contribuem para o enfoque ao qual nos propomos: a frase. Dessa forma, a linha teórico-metodológica que permeia esta pesquisa não está emoldurada dentro de apenas uma vertente linguística, de forma singular.

Assim, o objetivo deste trabalho é elucidar alguns dos clássicos conceitos acerca dos estudos da frase (tais como: a definição de frase, a tipologia oracional e os casos semânticos) dentro de uma linha do tempo que abarca os estudos linguísticos. Nossa intenção (e talvez nossa contribuição) é dar uma maior visibilidade à relevância da intersecção entre a sintaxe e semântica na formação frasal a partir da crença de que a significação linguística depende do significado dos lexemas constituintes da frase e que o significado de alguns lexemas depende, por sua vez, da frase em que aparece. Isso mostra a relação fundamental existente entre a estrutura frasal, que determina o significado, e o significado gramatical, que também compõe o significado da frase, relação essa em que ambos mantêm dependência do contexto em questão.

A metodologia utilizada na abordagem das análises que se propõem é, como consequência do objetivo desse trabalho, oriunda dos autores que traçaram esse perfil dos estudos do conceito frasal; no entanto, há um olhar mais apurado para aos estudos de Ignácio (2003), que propõe os conceitos de Orações Dinâmicas e Orações Estativas, bem como para a abordagem de Chafe (1979), que prevê a oração, na descrição sintática, como uma unidade básica de organização, sem descartar as restrições sistemáticas que vão além do limite da oração.

Empiricamente, ao tentarmos delimitar o princípio básico da sintaxe, diríamos que os discursos são sequências lineares de morfemas e de palavras e que as palavras não se agrupam no discurso ao acaso, pois existem regras para ordená-las de modo que o discurso faça sentido. Nesse viés, por a sintaxe se ocupar do estudo das palavras agrupadas em segmentos que cumprem papéis específicos no discurso, procuraremos definir, segundo diversas correntes linguísticas, o conceito de frase como uma unidade do discurso que apresenta características sintático-semânticas e funcionais bem definidas.

Quase todos os manuais da linguística contemporânea trazem preceitos a respeito do campo magnético que envolve os estudos sintáticos da língua. Em meio às grandes teorias linguísticas há conceitos da sintaxe que vão desde os comparativistas como W.

Jones até os recentes gerativistas e alguns dos grandes estudiosos da sintaxe do século XX (Tesniere, Harris, Chomsky, etc).

Vejamos o que Chomsky diz:

A sintaxe é o estudo dos princípios e dos processos segundo os quais as frases são construídas nas línguas particulares. O estudo sintático de uma língua tem como objetivo a construção de uma gramática que pode ser considerada uma espécie de mecanismo que produz as frases da língua tomada para análise. (CHOMSKY, 1957, p.13)

Do outro lado, sabemos que a semântica é o estudo do significado. Isto é, a ciência das significações, com os problemas suscitados sobre o significado. Cabe enfatizar que o homem sempre se preocupou com a origem das línguas e com a relação entre as palavras e as coisas que elas significam. Dito de outra forma, sempre se buscou saber se há uma ligação natural entre os nomes e as coisas nomeadas ou se essa associação é mero resultado da convenção social.

Parece inegável que as formas linguísticas são símbolos e valem pelo o que significam. Trata-se, na verdade, da constante referência mental de uma forma a um determinado significado que a eleva a um elemento de uma língua. Exemplo disso é a não existência de qualquer relação entre o semantema cão e um certo animal doméstico a não ser pelo uso que se faz desse semantema para se referir a esse animal. Assim, cada língua recorta o mundo objetivo a seu modo.

Por a semântica ser uma ciência muito ampla, visto que o sentido de cada palavra ou frase de uma língua é dependente de contextos. A existência da linguagem figurada, a metáfora, uso de uma palavra por outra subjazendo à segunda a significação da primeira, bem como a denotação (significado mais restrito) e a conotação (emoção envolvendo o semantema), são fatores que comprovam como a semântica é a mais abrangente das áreas da ciência linguísticas.

A compreensão dos significados das frases envolve os elementos lexicais isolados e o modo como eles se relacionam. A análise do significado das palavras requer o uso de regras semânticas, por exemplo: menino implica macho, jovem, humano que são os seus traços pertinentes ou componentes semânticos que emergem de uma análise componencial. Nesse sentido, o significado da palavra é um complexo de componentes semânticos ligados por constantes lógicas, por exemplo: “Caso Paulo venha, Pedro partirá” – implica – “Caso Paulo não venha, Pedro não partirá.” A pressuposição com a frase negativa continua a mesma, como em: “Pedro não toma bebida alcoólica” – pressupõe – “Pedro não gosta, ou está proibido pelo médico, ou por autoridade religiosa, de tomar bebida alcoólica.”

Portanto tomando essas premissas por justificativa, a partir de um diálogo entre aqueles que se dedicaram ao estudo da frase e a partir de exemplos de frases potenciais (portanto não sistematizadas num corpus fechado da língua portuguesa), intencionamos tratar, nesse artigo, um pouco dessa relação fluante entre significante e significado no âmbito das discussões que estabelecem intersecções entre a sintaxe e a semântica. Para tal tarefa, dividimos o artigo nos itens que se seguem:

No item 1 (A conceituação de frase), chamamos a atenção para os conceitos de frase sob a perspectiva de alguns linguistas, entre eles o formalista distribucionalista americano Leonard Bloomfield e o semantista inglês John Lyons de um lado, e o filólogo brasileiro Mattoso Câmara e o linguista francês Charles Bally de outro.

No item 2 (A tipologia oracional do ponto de vista sintático-semântico) abordamos a tipologia oracional fazendo a interface com a sintaxe e a semântica a fim de darmos a essa última um papel de destaque na descrição oracional. Para tal capítulo, nos valem, sobretudo, dos estudos de Inácio e Chafe.

No item 3 (O princípio da centralidade do verbo - valência; argumentos e casos semânticos), falamos do verbo, mais especificamente de seu papel (central) dentro da oração. Nessa parte do trabalho também se aborda a questão dos demais elementos frasais que completam o sentido da frase junto ao verbo (casos semânticos). Como base teórica, citamos Inácio, Chafe, Tesnière e Fillmore.

O item 4 (Os tipos oracionais) centra-se na relação dos verbos com os demais constituintes frasais, sobretudo na divisão verbal sintático-semântica apresentada por Borba.

O artigo ainda traz algumas considerações finais e referências.

1 A CONCEITUAÇÃO DE FRASE

Nesta seção apontaremos algumas considerações com o intuito de pinçarmos alguns pontos de vista de alguns dos mais significativos linguistas do século XX. Cabe lembrar que se trata de um item amplamente explanatório, sem intenções de defender um posicionamento teórico como o mais profícuo no que se refere à definição de frase.

Ignácio (2003, p. 29-31), ao iniciar suas considerações sobre as conceituações de frase, a toma como uma unidade do discurso que permite a atualização da língua na sua função comunicativa. O autor ainda enfatiza que uma frase não necessita e nem prioriza uma estrutura gramatical definida, pois sua maior característica é o propósito definido do falante onde se terá um falante que se dirige a um ouvinte com um assunto numa dada situação. Assim, um único vocábulo pode vir a constituir uma unidade frasal desde que este

obedeça à premissa básica de toda e qualquer frase, isto é: uma entonação peculiar com a qual se estabeleça um drama¹. Prova disso são os exemplos práticos que muitas gramáticas trazem, entre eles destacamos os termos fogo (*fogo!*) e socorro (*socorro!*) que inseridos num contexto situacional, são frases completas.

E a definição que Mattoso Câmara (1964, p.162-164) dá de frase corrobora com o que defende Ignácio (2003), pois a visão mattosiana é a de que a frase é uma unidade do discurso constituída de seus quatro elementos essenciais (falante, ouvinte, assunto e situação) e marcada por uma entoação (ou tom frasal) que lhe assinala o começo e o fim. O linguista ainda frisa que a frase não tem estrutura gramatical própria, podendo ter uma formulação extensa e elaborada ou ser apenas uma interjeição.

Em suas próprias palavras:

Não se trata, pois necessariamente, de uma reunião de vocábulos, embora haja sempre uma binaridade, isto é, a conjugação de dois elementos em que um determina o outro: a) ambos no contexto, como em – *Paremos*; b) um num contexto e outro noutro contexto, como em – *Sim*; c) um no contexto e outro no extralinguístico, como em – *Fogo!*, onde a binaridade está na associação entre o vocábulo enunciado e qualquer coisa em chamas dentro da situação em que se acha o falante. (CÂMARA JR, 1962, p. 64 apud IGNÁCIO, 2003, p. 30)

Tal concepção vai de encontro com o que Bally (1941, p. 35-42) considera como frase, a saber: uma forma de comunicação de pensamento caracterizada por uma melodia, podendo o pensamento ser: um julgamento de fato (verdadeiro ou falso), um julgamento de valor (bom ou mau) ou uma volição (algo desejável ou indesejável). Nesse sentido, Bally e Mattoso Câmara se imbricam na crença de uma sintaxe vinculada à estilística, fator que os distanciam de uma concepção de frase mais rigorosa e elaborada como a lançada pela escola formalista (descritivista) de Bloomfield.

Na verdade, Mattoso Câmara e Bally se valem das relações sintáticas e se baseiam na concepção lógica da oração, posicionamento diferente do de Tesnière (1969) que assume uma visão formal que privilegia a caracterização sintática, pois, para ele, a frase é um conjunto de determinações convergentes a um predicado que passa a ser o elemento básico e central.

Já Lyons (1979), ao falar da frase, assume um ponto de vista semelhante ao de Bloomfield (1935), que a define como uma forma linguística independente e que não se inclui numa forma linguística maior em virtude de uma construção gramatical qualquer. Nesse sentido, para a escola bloomfieldiana, a frase é a maior unidade analisável da língua, de maneira que no enunciado “Como vai você? Está um belo dia! Você vai jogar tênis esta

¹ Ignácio convencionou chamar de **drama** o quadrilátero falante, ouvinte, assunto e situação.

tarde?” teremos três frases, e por mais que haja uma conexão semântica entre elas, não há um arranjo gramatical capaz de uni-las numa forma mais ampla.

Desse modo, para Lyons (1979), a frase é uma unidade gramatical entre cujas partes constituintes se estabelecem dependências e limitações distribucionais. O linguística entende que a frase é uma unidade gramatical mas abstrata com a qual se reconheceriam as relações distribucionais existentes no interior dos enunciados. Isto é, para ele os enunciados não consistem em frases, mas em um ou mais segmentos de fala ou textos que podem ser postos em correspondência com as frases geradas pela gramática. Porém ele admite que os próprios segmentos são frequentemente considerados como frases, posicionamento que converge com o de Bloomfield (1935), que ao propor o enunciado supracitado, o classifica como composto de três frases.

Para encerrarmos essa seção, separamos duas concepções de frase de dois gramáticos brasileiros que dialogam e que expressam bem a intersecção fundamental entre a sintaxe e a semântica para o estudo da frase. São elas a de Cunha (1972) e a de Cegalla (1998). Para o primeiro, as frases são “*enunciações de sentido completo, as verdadeiras unidades da fala e das quais nos servimos quando expressamos nossos pensamentos e sentimentos.*” (CUNHA, 1972, p. 85). Para o segundo, frase é um enunciado capaz de transmitir tudo o que pensamos, queremos ou sentimos e pode ter diferentes formas, desde a simples palavra até o período complexo, elaborado segundo os padrões sintáticos da língua. (CEGALLA, 1998).

2 A TIPOLOGIA ORACIONAL DO PONTO DE VISTA SINTÁTICO-SEMÂNTICO

Para falarmos sobre esse tema, tomaremos como base os autores Chafe (1979) e Ignácio (2003). Chafe (1979) afirma que a descrição sintática geralmente enxerga a oração como uma unidade básica de organização, mas não há como negar que há restrições sistemáticas para além do limite da oração.

A estrutura do discurso é, muitas vezes, vista com atenção, mas a estrutura da oração, aparentemente, mostra uma certa auto-suficiência, como se fosse independente. É como se a estrutura sintática fosse capaz de explicar a oração por completo. Porém, é o ponto de vista semântico que desempenha papel fundamental e, por assim dizer, é mais importante que o sintático na descrição oracional.

Para Chafe (1979), a oração é construída em torno de um elemento predicativo que, muitas vezes, vem acompanhado de um ou mais elementos nominais. Como exemplo, temos: “As ruas estão molhadas.” Neste exemplo, temos um elemento predicativo que

implica o significado “estar molhado”, que está acompanhado pelo elemento nominal “as ruas”. Para o autor, os elementos predicativos são chamados de verbos e os elementos nominais são chamados de nomes. Em outras palavras, pare ele, o universo humano está dividido em duas áreas: a área do verbo que engloba estados, condições, qualidades e eventos e a área do nome engloba que coisas (objetos físicos e abstratos).

E é através do verbo que Chafe (1979) prova que o ponto de vista semântico é o que melhor interpreta a oração. Segundo ele, todas as línguas têm semanticamente presente, em seus enunciados, um verbo, mesmo que esteja implícito. Sendo assim, é a natureza do verbo que determina como deverá ser o restante da oração. Isto é, se uma oração contém um verbo de ação, é necessário que os nomes que a acompanham sejam capazes de realizar uma ação. Por exemplo, o verbo de ação andar pressupõe um agente animado e volitivo. Se dissermos “A televisão andou”, não seremos compreendidos, mas se dissermos “O menino andou”, seremos plenamente compreendidos, isso porque há uma coerência semântica em nossa frase.

Segue uma elucubração do próprio linguista que reflete bem o seu posicionamento:

É obviamente muito mais fácil explicar o *uso* da língua com base no modelo semântico. Quando usamos a língua, começamos com algo que temos a dizer – com significados. Se vamos comunicar esses significados, eles devem ser estruturados de um modo que se conforme à estrutura semântica de nossa língua. A língua então passa a dar-nos um modo de converter essa estrutura semântica em som. É evidente que o modelo sintaticista não tem nada diretamente a ver com o uso da língua. Por essa razão, seus defensores foram forçados a usar como uma racionalização a distinção entre *atuação* e *competência*, entre o que acontece quando a língua é usada e o sistema subjacente do qual se faz uso. Está tudo muito bem – eu não pretendo negar a validade da distinção competência-atuação, e vejo o modelo aqui defendido como igualmente de competência. Mas uma teoria da competência deve ter uma relação com o uso da língua, e não há razão para supor que é uma virtude para essa relação ser tão obscura quanto possível. Ao contrário, se tudo mais for igual, uma teoria da competência que está mais proximamente relacionada à atuação é preferível àquela que está mais distantemente relacionada. (CHAFE, 1979)

Ignácio (2003) também aponta para a obediência ao valor semântico das orações. Ele afirma que é preciso considerar as propriedades seletivas dos elementos que formarem sintagmas com os substantivos. Ou seja, no exemplo dado acima “A televisão andou”, não basta dizer que “A televisão”, por ser um substantivo, tenha função sintática de sujeito, pois o verbo andar exige um argumento humano. Sendo assim, o valor semântico do verbo é que irá determinar os argumentos compatíveis.

Deste modo, ainda de acordo com Ignácio (2003), as orações se dividem em dois grandes grupos: as que retratam a realidade do ponto de vista dinâmico (Orações Dinâmicas) e as que a tratam do ponto de vista estático (Orações Estativas). Para o autor, o

critério sintático não exclui o semântico e vice-versa, os dois se completam. Assim, falemos mais detalhadamente de cada uma delas:

As Orações Dinâmicas subdividem-se em três categorias, a constar:

a) Ativas – são compostas por um verbo de ação e, conseqüentemente, exigem um sujeito agente. Exemplos: “O cachorro late”, “O homem compra”.

b) Processivas – são compostas por um verbo de processo, que pode ter um Sujeito Paciente, Experimentador ou Objeto², e Complemento causativo ou Instrumental. Exemplos: “O sorvete derreteu-se com o calor” (Sujeito Paciente e Complemento Causativo); “A carne seria cortada com a faca” (Sujeito Paciente e Complemento Instrumental).

c) Ativo-processivas – são compostas a partir de um verbo que indica ao mesmo tempo um fazer por parte do Sujeito e um acontecer por parte do Objeto, isto é, um verbo de ação-processo. Exemplos: “O crime organizado destruiu a cidade” (Sujeito Agente e Complemento Paciente); “João magoou o amigo com suas palavras” (Sujeito Agente e Complemento Causativo).

Já as Orações Estativas subdividem-se em quatro categorias:

a) Atributivas – o verbo mantém uma relação de atribuição de um estado ou qualidade ao Sujeito, ou ainda relaciona o Sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como peso, medida, preço, etc. O Sujeito pode ser Objeto, mas também Experimentador, com os verbos que expressem sentimentos e o Complemento pode ser Atributivo ou Objeto. Exemplos: “Pedro não é meu namorado” (Sujeito Objeto e Complemento Atributivo); “Ana ama Miguel” (Sujeito Experimentador e Complemento Objeto).

b) Possessivas – o verbo estabelece uma relação de posse entre o Sujeito e o Complemento. O Sujeito pode ser Objeto-Possessivo e o Complemento é Objeto. Exemplo: “Rosa tem um carro importado” (Sujeito Objeto-Possessivo e Complemento Objeto).

c) Locativas – há uma indicação de lugar, seja em relação ao Sujeito ou ao Complemento e ambos se caracterizam como Locativos ou Objetivos. Exemplos: “São Paulo é um grande estado” (Sujeito Locativo e Complemento Objeto); “Um belo jardim permeia a casa” (Sujeito Objeto e Complemento Locativo).

d) Existenciais – há uma indicação de existência do Sujeito, que é Objeto e o Complemento, Locativo. Exemplo: “Existem pessoas más naquela cidade” (Sujeito Objeto e Complemento Locativo).

² Para Ignácio (2003, p. 112) O sujeito é objetivo quando ele é o ponto de referência de um evento ou estado. Ele caracteriza-se pela neutralidade por não ser afetado, por exemplo: Os doces eram de chocolate.

Dessa forma, torna-se ainda mais evidente que os critérios sintáticos e semânticos não se excluem, ao contrário, se complementam. O que ocorre é que as Gramáticas Tradicionais, principalmente as de uso escolar, trazem somente uma descrição sintática das orações. Não se trata, nesse artigo, de uma proposta que abandone essa descrição, mas de uma defesa em prol do fator semântico como sendo essencial a toda oração.

3 O PRINCÍPIO DA CENTRALIDADE DO VERBO – VALÊNCIA, ARGUMENTOS E CASOS SEMÂNTICOS

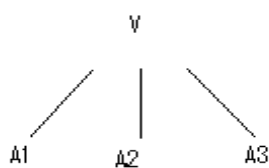
Neste item de nosso trabalho, falaremos sobre o verbo. A teoria que discorre sobre a centralidade do verbo tem como base fundamental a ideia de que é a natureza do verbo que determina como será o restante da oração. Ela determina também quais nomes o acompanharão, qual a relação desses nomes com o verbo e como esses nomes serão especificados semanticamente. O verbo é o ponto de partida da oração: ele projeta o sujeito e daí constrói-se o enunciado e determina-se esse sujeito.

Como exemplo, temos uma frase cujo verbo é considerado de ação: “As mulheres dançaram a noite toda.”. Aqui percebemos que o verbo dançar exige que um nome o acompanhe, que esse nome se relacione com ele como agente e que seja um elemento animado – diríamos até que é necessário que o elemento seja humano. Em outras palavras, é o verbo quem rege a presença e natureza do nome, e não o contrário; assim, a influência semântica do verbo é dominante.

Algumas teorias apontam o Sujeito como centro estruturador da oração, porém, autores renomados como Tesnière (1953, 1959), Fillmore (1968), Chafe (1979), Ignácio (1984) afirmam caber ao verbo desempenhar esse papel.

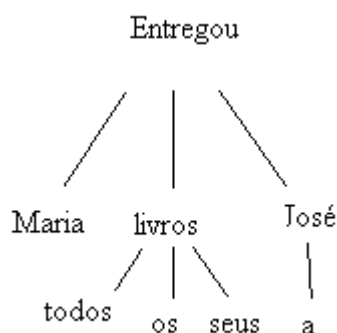
Desse modo, o Sujeito se coloca no mesmo papel do Objeto: ambos são complementos do verbo e, assim, ao invés do esquema SN (Sintagma Nominal) + SV (Sintagma Verbal), a oração terá como centro o núcleo verbal (V) e será complementada por outros elementos, que chamamos de argumentos, como Sujeito, Objeto (direto e indireto), entre outros.

Segundo Chafe (1979) qualquer unidade como *passado* acrescentada semanticamente ao verbo, é simultaneamente acrescentada à oração toda construída em torno do verbo, da mesma maneira que qualquer coisa que ocorre com o sol afeta todo o sistema solar. Nesse sentido, o verbo é o ponto central da oração e os nomes são periféricos, como nos mostra o esquema a seguir, em que V é o verbo e A1, A2 e A3 são os argumentos:



(IGNÁCIO, 1984).

Para ilustrar, esquematizaremos um exemplo. Na oração: “Maria entregou todos os seus livros a José”, temos:



Ao comentarmos este esquema, partimos para os conceitos de valência verbal e argumento. De acordo com Ignácio (2003), a oração se estrutura a partir da valência verbal onde cada verbo exigirá elementos com determinadas características sintático-semânticas, que com ele comporão a oração.

Como vimos, o verbo é o núcleo da frase, pois é que determina quais elementos a frase tem que conter, assim como determinado átomo precisa de um certo número de outros átomos para formar uma molécula (o que é indicado pela valência química). Portanto, um determinado verbo exige um número de complementos (ou actantes) para que a frase seja gramaticalmente correta.

Mas a valência verbal dá mais informações do que esse simples número. Enquanto a regência só informa se o verbo pede um objeto (direto ou indireto), a valência indica que, por exemplo, o verbo morar (isto é, residir) pede, além do sujeito, um complemento de lugar. No caso do verbo dizer, haverá a informação de que, além do sujeito, tem que ocorrer um complemento na forma de um nome (substantivo ou pronome, como “a verdade” ou “nada”) ou do discurso direto ou indireto.

Há um certo problema quanto ao termo **complementos**, pois alguns autores preferem o termo **actante**, enquanto outros os chamam de **argumentos**. Isto é, ao

assumirem as funções de constituintes oracionais, os complementos passam a ser chamados de argumentos.

Voltando ao exemplo supracitado “Maria entregou todos os seus livros a José”, temos que o verbo entregar e todos os outros elementos (Maria, todos, os, seus, livros, a, José) são os argumentos desse verbo, ou seja, são complementos que possuem a função de constituir a oração. Esses elementos são constituintes obrigatórios que preencherão a oração e possuem determinadas funções semânticas, como Agente, Paciente, Receptivo, entre outros. Daí o fato de serem chamados de papéis semânticos ou casos semânticos.

A ideia dos casos semânticos foi introduzida por Fillmore (1968), que chamou atenção para eles por serem diferentes dos casos superficiais como nominativo ou acusativo. Para Fillmore, a frase, na sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa relação específica de casos.

O autor estabeleceu uma lista provisória de seis casos (agentivo, instrumental, dativo, causativo, locativo, objectivo); ele mesmo e outros autores posteriormente listaram mais ou diferentes casos. Borba (1990), por exemplo, cita os seguintes: agente, beneficiário, experimentador, objetivo, locativo, instrumental, causativo, meta, origem, temporal.

Para ilustrar algumas funções, propomos o seguinte raciocínio: cortar implica alguém que corta (agente), algo que é cortado (objetivo) e um instrumento (instrumental). Isso nos daria frases como: “Francisco cortou a carne com a faca”.

De acordo com Ignácio (2003), os principais casos semânticos são: Agente (ou agentivo), Paciente, Receptivo, Beneficiário, Experimentador, Causativo, Instrumental, Objectivo, Origem e Locativo. Vejamos, mais detalhadamente, cada caso:

Agente – é quem controla a ação verbal. Possui os traços: animado, volitivo, causador e controlador. Exemplo: **A professora** corrige a tarefa.

Paciente – é quem recebe a ação e, conseqüentemente, sofre os resultados, bons ou ruins. Exemplo: Paulo matou **o inseto**.

Receptivo – é aquele a quem se destina a ação verbal. Exemplo: Entreguei a carta **ao prefeito**.

Beneficiário – é aquele que se beneficia ou é afetado pela ação verbal. Exemplo: **Heloísa** recebeu uma bela gratificação pelo trabalho.

Experimentador – é quem experimenta um processo físico ou psíquico; é quem possui um sentimento ou sensação: **Mariana** sente saudades da infância; **Pedro** sentiu uma dor muito forte.

Causativo – causador, não-animado, de uma ação ou processo. É algo que não se controla nem é controlado, mas é potente para realizar a ação. Exemplo: **A chuva** derrubou todas as árvores da vila.

Instrumental – é o desencadeador de uma ação; sempre pressupõe um agente. Exemplo: Ana abriu a porta com **uma chave de fenda**.

Objetivo – ponto de referência de um evento ou estado; é neutro e não é afetado. Exemplo: **Os doces** eram de chocolate.

Origem – ponto de origem de um processo. Exemplo: **A bomba** transbordava gasolina.

Locativo – é o lugar onde se realiza o acontecimento ou o lugar que é referência de um estado. Exemplo: **São Paulo** é uma das cidades mais violentas do país; **Minha casa** está uma bagunça!

4 OS TIPOS ORACIONAIS

Dentro da semântica, há vários ramos diferentes que estudam a relação dos verbos com os demais constituintes frasais. Falaremos, aqui, sobre a divisão verbal sintático-semântica apresentada por Borba (1996). Muito longe de classificar os verbos em transitivos e intransitivos, Borba (1996) propõe a seguinte abordagem verbal:

Verbos de ação: aqueles que expressam uma atividade realizada por um sujeito agente. Indicam, portanto, um fazer por parte do sujeito: o pássaro voa; o garoto brinca; o sábio pensa. Tal posição é compartilhada por Chafe (1979), para o qual o verbo de ação exige que um nome o acompanhe, que o nome se relacione com ele como um agente e que o nome se especifique como animado, talvez também como humano. Exemplo: Elisa correu a tarde toda.

Verbos de processo: Expressam um acontecer ou aqueles que expressam um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experimentador. Os verbos de processo envolvem uma relação entre um nome e um estado, e o nome é paciente do verbo afetado. Exemplo: A água transbordou.

Vemos neste exemplo que o sujeito (água) é paciente, pois ele é diretamente afetado pelo verbo. No exemplo anterior, o sujeito Elisa não é afetado pelo verbo, mas sim, ele é o indivíduo que provê a ação expressa pelo verbo.

Verbos de ação-processo: Implicam tanto um processo quanto uma ação. Como processo, ele implica uma mudança na condição de um nome, seu paciente; e como ação, expressa o que alguém, seu agente, faz. Exemplo: Daniela quebrou o copo.

Aqui, há um agente que pratica a ação expressa pelo verbo (quebrar), há um acontecimento (o copo quebrou) e, por último, há um paciente que sofre uma transformação: o copo estava inteiro, mas não está mais.

Verbos de estado: A divisão sintático-semântica dos verbos de estado não obedece à mesma ordem estabelecida na gramática tradicional. Em primeiro lugar, a gramática tradicional chama de verbos de estado somente a uma pequena parte dos verbos estáticos. Os verbos de estado também são designados pela gramática tradicional como verbos de ligação. Em segundo lugar, muitos verbos que a gramática tradicional classifica como verbos de ação pertencem ao grupo semântico dos verbos de estado, pois não apresentam uma ação, mas sim um estado permanente. É o caso do verbo gostar que a gramática tradicional classifica como verbo de ação, mas não existe um agente que pratique uma ação, e sim um experimentador que tem uma sensação psicológica de gostar de algo. Assim, a semântica classifica esse verbo como um verbo de estado, pois não há nem ação, nem agente envolvido na predicação.

A semântica inclui na classe dos verbos de estado não só os tradicionais verbos de ligação, mas também, muitos dos verbos tradicionalmente classificados pela sintaxe como verbos de ação. Conforme Borba (1996, p. 60), “os verbos de estado expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, que é, pois, mero suporte dessas propriedades ou, então, seu experimentador ou beneficiário”. Portanto, verbos como viver, ser, estar, continuar, ter, gostar farão parte da classe dos verbos de estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o que expomos acima, vimos que o significado da frase depende do significado dos seus lexemas constituintes e que o significado dos lexemas dependerá, por sua vez, da frase em que aparece. Assim, a estrutura frasal se torna relevante para a determinação do significado e o significado gramatical é um forte componente para o significado da frase já que a significação linguística envolve o significado da frase sem se esgotar nele, pois também depende de fatores contextuais.

Ficou também observado que, apesar da comunicação se estabelecer em conformidade com uma estrutura de regras gramaticais implícitas (as quais, em conjunto, permitem gerar os enunciados aceitáveis das línguas naturais), a gramática da língua não é visível em si, ou seja, as estruturas sintáticas não estão expostas à observação, mas há marcas, indícios de que o sistema de regras que constitui a competência dos falantes é formado por estruturas sintáticas.

Ainda vale lembrar que as frases abrangem desde segmentos bem formulados aos olhos da gramática, até casos excepcionais, raros e limítrofes. Logo, não importam suas características, todas as frases válidas estão asseguradas pela gramática implícita da língua que é sustentada pelas intenções de significação dos sujeitos.

Por fim, ainda cabe dizer que o objetivo desse trabalho foi, se não um breve estudo da intrínseca relação entre os estudos sintáticos (aqueles da estrutura frasal) e os semânticos (aqueles da significação) para a compreensão de como se dá a formação da frase, uma reflexão que tentasse demonstrar, a partir de uma revisão de alguns conceitos acerca dessas duas áreas, a relevância da interface entre a sintaxe e a semântica no âmbito das discussões sobre a linguística que vimos fazendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, C. *El lenguaje y la vida*. Tradução Amado Alonso. Buenos Aires : Losada, 1941.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: George Allen & Unwin, 1935.
- BORBA, F.S. et alii. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- BORBA, F.S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Princípios de linguística geral*. 4. ed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- Cegalla, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1998.
- CHAFE, W.L. *Significado e estrutura linguística*. Tradução Maria Helena M. Neves et alii. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.
- IGNÁCIO, S. E. *Para uma tipologia dos complementos verbais do português contemporâneo*. 1984. Tese (Livre-Docência), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1984.
- IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões*. 2. ed. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2003.

ILARI, R. *Introdução à Semântica*. São Paulo: Contexto, 2001.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. Trad. de Rosa V. Matos e Silva & Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.

TESNIÈRE, L. *Eléments de Syntaxe Structurale*. 2. ed., Paris: Klincksieck, 1969.

Recebido em 25 de março de 2010.

Aceito em 20 de junho de 2010.